

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DOS CONFLITOS FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE

**Mediation and reconciliation: reflections on conflicts of
families in contemporary**

Aline Damian Marques¹

Denise Tatiane Girardon dos Santos²

Resumo

O presente artigo tem por objetivo promover uma abordagem acerca dos benefícios da mediação e da conciliação nos conflitos familiares, além de apontar as principais causas desses conflitos, pontuando as mudanças que a entidade familiar vem sofrendo ao longo dos anos, eis que a família, dentro das mais diversas configurações da convivência humana, obteve, sempre, papel de destaque na organização do sistema social. Logo, do histórico da evolução da entidade familiar, serão abordadas as aplicações gerais da mediação e da conciliação como alternativas benéficas na resolução dos conflitos familiares, principalmente, nos casos de separação e de divórcios, nas quais essa resolução alternativa atinge sua maior aplicabilidade e efetividade. Dentro desse panorama geral da sociedade ocidental e dos diversos conflitos, inerentes ao âmbito familiar, será possível fazer um paralelo da transformação dos laços familiares e da judicialização da sociedade, tomando, como parâmetro, a mediação como viés da resolução de conflitos.

Palavras-chave: Conflito. Conciliação. Mediação. Família.

Abstract

The present article has the objective to promote an approach about the benefits of mediation and conciliation in family conflicts, while pointing out the major causes of conflicts, highlighting the changes that the family unit has suffered over the years, behold the family within the various configurations of human coexistence, got, always prominent role in the organization of the social system. Therefore, the historical evolution of the family unit, will address the general applications of mediation and conciliation as beneficial in resolving family conflicts alternatives, especially in cases of separation and divorce, where this alternative resolution reaches its greatest applicability and effectiveness. Within this overall picture of Western society and the various conflicts inherent in the family context, you can draw a parallel transformation of family ties and the judicialization of society, taking as parameter, mediation and conflict resolution bias.

Keywords: Conflict. Conciliation. Mediation. Family.

Sumário:

1. Considerações iniciais; 2. O conflito: conceituações e aspectos gerais; 3. A conciliação e a mediação dentro dos conflitos familiares; 4. Considerações finais; 5. Referências

1 Advogada, Especialista em Direito Tributário e Mestranda em Direitos Humanos pela UNIJUÍ, bolsista FAPERGS, pesquisadora na linha "Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade". E-mail: alined.marques@terra.com.br

2 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); vinculação à linha de pesquisa "Direitos Humanos, Relações Internacionais e Equidade"; bolsista Integral do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); especializando em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Advogada. E-mail: dtgsjno@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo se dedica a analisar um tema que se encontra em voga, sendo, deveras, importante hodiernamente, qual seja, as transformações sofridas pelas famílias na contemporaneidade, como a estrutura, a cultura e os hábitos, além de apontar as principais – e novéis – contendas e as formas de resolução dessas, destacando-se a mediação e a conciliação.

O regime de hierarquia, que delegava à figura paterna uma posição de soberania e impunha aos filhos e à mãe a obediência, foi, há tempos, substituído pelo regime de igualdade e respeito entre todos, de modo que o pai não mais é o único responsável por prover a família, pois tanto a mãe, quanto os filhos conquistaram espaço no que diz respeito às decisões familiares, uma vez que passaram a participar, ativamente, da geração de recursos.

Assim, a figura materna também conquistou seu espaço na família como parte provedora desta e passou a ter autonomia em suas decisões. Nesse contexto, os filhos, de um modo em geral, possuem maior autonomia em relação aos genitores e, como consequência, acabam por manter maior contato com muitos agentes externos, sejam eles de influência positiva ou negativa – esses, principalmente, são o alcoolismo, a dependência por drogas, o materialismo, o consumismo, dentre outros agentes.

E, paralelamente, como todas as instituições sociais passaram por radicais transformações na modernidade, não foi diferente com o Direito, que é o responsável por ordenar as relações sociais e administrar seus conflitos. Com a acentuação e a rapidez com que as relações sociais se alteram, o Direito necessitou – e necessita – se transformar e se adequar, moldando-se à sociedade, para ter capacidade de atender às demandas sociais com êxito.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva promover um debate sobre a noção do conceito de família, na contemporaneidade, partindo da premissa da transformação jurídica ocorrida, em decorrência das transformações sociais, e como aquela pode se adequar a estas para tratar das novas demandas, oriundas da inédita organização familiar que está se formando e transformando constantemente.

A família contemporânea tem sua base lastreada na liberdade, na igualdade e na afetividade, em cujo tripé de valores os membros familiares mantêm constantes negociações, culminando em um suprimento de necessidades, mútuo e do todo, uma vez que, na família atual, não há papéis preestabelecidos, sendo o diálogo fundamental para a manutenção da harmonia. Nesse viés, nem sempre todos conseguem chegar a um consenso entre seus direitos e seus deveres, e é neste ponto que, muitas vezes, há a necessidade de um interventor imparcial, qual seja, o mediador.

Por isso, a conciliação e a mediação surgem como mecanismos eficazes na resolução de conflitos, tornando o Poder Judiciário mais ágil, mais respeitado e menos oneroso, sobretudo, mais justo e adequado para resolver os novos conflitos familiares, apresentados pelas famílias contemporâneas. Destarte, este estudo faz-se relevante e interessante diante da repercussão jurídica e da implicação social da temática tratada, podendo contribuir para a efetivação do método conciliatório, sobretudo, no contexto familiar.

O CONFLITO: CONCEITUAÇÕES E ASPECTOS GERAIS

A palavra conflito é originária do latim e possui inúmeras variantes, mas seu significado etimológico traz a ideia de choque, de discórdia, de antagonia, de oposição. Na lição de José Luis Bolzan de Moraes e Fabiana Marion Spengler (2012, p. 45), um conflito pode ser social, interno, externo, étnico, religioso, político, familiar ou um conflito de valores, ou seja, é “[...] um enfrentamento entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns a respeito dos outros, uma intenção hostil”.

Como se trata de romper a resistência da outra parte nessa espécie de confronto de vontades, o conflito também implica a tentativa de domínio por meio de violência – direta ou indireta –, ou ameaça – física ou psicológica –, tendo em vista que a essência do poder é o domínio, na maioria das vezes, manifestado pela violência (ARENDT, 2004, p. 23). Assim, o conflito pode ser entendido como uma forma de se avocar, para si, a razão, sem a necessidade de argumentos lógicos e racionais, exceto quando as partes litigiosas aceitam a mediação de um terceiro.

Fundamentalmente, os conflitos surgem de divergência de interesses de um ou mais indivíduos na defesa de seus direitos e, a partir dessa cizânia de interesses, abrolha a necessidade de se criar alternativas capazes de retomar a paz social. Na medida em que a sociedade foi evoluindo, os conflitos também foram se modificando, obrigando, com isso, ao aprimoramento das alternativas de soluções de conflitos, a fim de garantir, de manter ou reestabelecer o direito (NASCIMENTO; EL SAYED, 2002, p. 49).

Entretanto, como as sociedades, seus usos, costumes e leis transformam-se, constantemente, o conflito também acompanhou esse fenômeno, inclusive como meio para facultar essas mesmas transformações. Assim, o litígio voltou-se para a resolução de pontos de vista, socialmente divergentes, não sendo possível separá-lo das relações sociais, posto que esse tipo de comportamento humano significa mudanças e estimula inovações, favorecendo o combate ordenado, ou seja, uma “[...] competição regrada pelo direito, fora de toda a violência” (BOLZAN DE MORAIS; SPENGLER, 2012, p. 67).

Ocorre, entretanto, que, ao tomar o monopólio da violência para si, o Estado se volta, unicamente, para a vítima – e não para o autor do fato –, intencionando a suprir o sentimento de vingança; acontece que essa forma de administração da justiça não é satisfativa, pois o conflito, em si, tenta a se iniciar, novamente, ou continuar. Esse comportamento se justifica pela tentativa de, ao sentimento de desforço ser aplacado, de ser afastado, evitando a vingança pessoal, pelo que o Estado, ao tomá-la para si, necessita adotar os meios para supri-la (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 161).

A pacificação é a função fundamental da jurisdição, assim como de todo o sistema processual, incumbindo ao Estado promover as formas de realização, sobretudo de criar ou de adequar meios efetivos para a realização da Justiça. Nos ensinamentos de Fabiana Marion Spengler, é possível verificar que

para tratar os conflitos nascidos da sociedade, o Estado, enquanto detentor do monopólio da força legítima, utiliza-se do Poder Judiciário. O juiz deve, então, decidir os litígios porque o sistema social não suportaria a perpetuação do conflito. A legitimidade estatal de decidir os conflitos nasce, assim, do contrato social no qual os homens outorgaram a um terceiro o direito de fazer a guerra em busca de paz (2012, p. 65).

O complexo modelo social surgido na contemporaneidade manifestou a exigência de existir um terceiro, em tese, neutro e desinteressado, como instrumento pacificador de conflito, condição esta que foi, paulatinamente, assumida pelo Estado, que passou a intervir como figura neutra na solução dos conflitos. Assim, a atuação estatal, na função de árbitro, passou a visar à neutralização do conflito ou sua eliminação (PINHO; DURÇO, 2008, p. 35).

Quanto à atividade estatal, cumpre ressaltar que a característica mais importante do ato jurisdicional é o desinteresse do juiz, ou seja, é a sua postura alheia ao litígio enquanto parte interessada, de modo que o Estado, portanto, deve ser imparcial nessa função, preenchendo a lacuna que se instaurou a partir da substituição da resolução dos conflitos na esfera privada. Destarte, no estado agonal ou no Sistema Judiciário, o Estado impera em uma condição hobbesiana, em que o cidadão, ao mesmo tempo em que recebe a tranquilidade de deter a vingança e a violência, perde a possibilidade de tratar seus próprios conflitos de forma autônoma e não violenta.

A questão problemática dessa condição é que a sociedade permanece estática, pois todas as questões são delegadas à resolução pelo juiz, representando uma transferência de prerrogativas e o engessamento da solução, verificando-se a adoção de uma postura que desconsidera as novas possibilidades inerentes a um tratamento mais democrático dos conflitos. É possível afirmar, inclusive, que essa estrutura fica mais atenta aos remédios em detrimento das causas da contenda (BOLZAN DE MORAIS; SPENGLER, 2012). Essa atenção, que é cobrada do juiz, o coloca em uma posição superior de mero intérprete das normas, indo para além, sendo a pessoa responsável por efetivar o direito à igualdade (propiciada pelo direito do acesso à Justiça) a partir do momento que efetiva os direitos humanos e fundamentais que estão em voga, atingindo o fim e a responsabilidade social dessa prestação (CAPPELETTI, 1989).

Ao adotar essa posição, o Poder Judiciário decide sobre relações sociais, mas não impede que outras tantas continuem surgindo, pois, afinal, a lei substitui a violência privada, mas condiciona que as partes, em frente da decisão oriunda da lei, tenham-se por satisfeitas,

ou que as raízes do conflito tenham sido eliminadas. Bom exemplo é o produto, enquanto resultado, das separações e dos divórcios: o processo acaba, mas o conflito, muitas vezes, não.

Além do estado agonal, há formas não jurisdicionais de tratamento de conflitos, nas quais se atribui legalidade à voz de um conciliador, de um mediador, que auxilia os conflitantes em determinada questão. Esse sistema, com base no direito fraterno, é centrado na criação das regras de compartilhamento e de convivência, significando mais responsabilidades ao cidadão por suas próprias decisões (BOLZAN DE MORAIS; SPENGLER, 2012).

A sociedade moderna, vista sob o âmbito dos conflitos familiares, surgiu no final da Idade Média e início do Renascimento, perpassando de sociedade tradicional para industrial, momento em que ocorreram rupturas que demarcaram essas mudanças. A partir de então, foram inúmeras as transformações em todo âmbito social, e os indivíduos transformaram, praticamente, toda a sua forma de ação e a óptica sobre a percepção da realidade, alterando, completamente, suas narrativas de vida, de modo que, hodiernamente, vive-se em uma época de constante transformação dos âmbitos da vida social e institucional.

Zygmunt Bauman analisa a questão da intimidade e do relacionamento humano dentro da modernidade de forma radicalizada, ponderando que os graus de parentesco se sentem ameaçados diante de uma ordem social que carece de pontes estáveis, pois

suas fronteiras se tornaram embaçadas e contestadas, e as redes se dissolveram num terreno sem título de posse nem propriedade hereditárias. [...] Às vezes um campo de batalha, outras vezes o objeto de pendengas judiciais não menos amargas. As redes de parentesco não podem estar seguras de suas chances de sobrevivência, muito menos calcular suas expectativas de vida. Sua fragilidade as torna ainda mais preciosas (2007, p. 47).

O autor, ao abordar a sociedade contemporânea, conceitua-a como líquido-moderna, diante das incertezas “[...] em que as condições sob as quais agem seus membros, mudam em um tempo mais curto do que o necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir”. (op. cit., p. 7). Nesse novo modelo de sociedade as relações

sociais se confundem com as relações de consumo, pois a sociedade se transformou, ao mesmo tempo, em mercadoria e em consumidora, desimportando o meio onde se vive, desde que a constância da atratividade e do desejo se mantenha – como mercadoria –, seja para conseguir um emprego, seja para um reconhecimento social.

As realizações pessoais dos indivíduos são, a todo momento, passíveis de transformação. Os relacionamentos são como uma espécie de relação de consumo, na qual o indivíduo busca o prazer imediato que possa ser descartado quando o relacionamento não mais for conveniente à nova realidade. Muitas vezes essas questões se problematizam, chegando ao cunho do Poder Judiciário.

Na atualidade, diante do acentuado crescimento de demandas judiciais, verifica-se o fenômeno denominado por Kazuo Watanabe de

[...] cultura da sentença. Os juízes preferem proferir sentença ao invés de tentar conciliar as partes para a obtenção da solução amigável dos conflitos. Sentenciar, em muitos casos, é mais fácil e mais cômodo do que pacificar os litigantes e obter, por via de consequência, a solução dos conflitos (2007, p. 7).

Todas essas transformações nas relações humanas e, conseqüentemente, no âmbito familiar, acabam modificando as relações sociais, o que afeta, diretamente, o mundo jurídico, pode-se mencionar, igualmente, a relação familiar em relação aos gêneros, “[...] a subordinação legal de um sexo a outro” (MILL, 2006, p. 15), como um fator que gera conflitualidades, mormente pela nova posição social que a mulher passou a assumir. Em razão disso, o direito de família, constantemente, é alvo de investigações no meio acadêmico, diante das várias nuances que apresenta, sendo importante a questão da situação familiar no Poder Judiciário e as formas de acesso à Justiça.

Destarte, o objetivo jurisdicional tem suas normas elaboradas para buscar a pacificação social, de modo que a conciliação e a mediação são meios de garantir o convívio social mais justo, sendo imprescindível, para tanto, a análise das práticas da Justiça Restaurativa, na qual os métodos da conciliação e da mediação são relevantes para se obter a pacificação positiva dos conflitos e a busca por uma cultura de paz.

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO DENTRO DOS CONFLITOS FAMILIARES

Os litígios familiares são relatados desde o surgimento das primeiras concepções dos institutos familiares. De acordo com Rodrigo da Cunha Pereira (2004, pp. 32-36), as mudanças na formação da família demonstram que a instituição familiar é o reflexo de cada geração, pelo que existiam e existem conflitos entre casais, disputas pela guarda dos filhos, pelo direito à paternidade, entre outros. O que vem se alterando, juridicamente, são as maneiras de resolver esses embates, buscando uma solução mais justa e apropriada para cada caso com a efetivação dos direitos fundamentais.

Os conflitos de natureza familiar são mais complexos e complicados de ser solucionados em comparação com os demais, pois as dificuldades estão, justamente, na supervalorização desses conflitos, eis que a intensidade das emoções envolvidas, os sentimentos egoístas e de orgulho têm uma dimensão mais alargada do que em outros relacionamentos, exigindo que a pacificação seja mais concreta, mais eficaz (FONKERT, 1998, p. 02).

Nesse passo, Myléne Jaccoud (2005) destaca que a Justiça Restaurativa significa uma forma de aproximar as pessoas, de fazer com que interações sociais ocorram, mas também de resolver pendências negativas advindas dessas relações, corrigindo infrações cometidas, resolvendo conflitos e, novamente, transigindo as pessoas. Isso demonstra que, muito mais que a forma tradicional de aplicação do Direito e de solução de conflituosidades, a partir do momento em que se dá atenção para as várias conexões sociais que envolvem – e muitas vezes geraram – a demanda problematizada, a permanência da decisão que põe termo a uma situação de litígio é mais duradoura, mais proveitosa, eis que exige comprometimento de todos os envolvidos.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a conciliação e a mediação são instrumentos legais de solução de disputa, na qual uma terceira pessoa orienta os envolvidos a comporem o litígio (BRASIL, 2006, p. 3). Nas palavras de Bolzan de Moraes e Spengler,

mais do que um meio de acesso a justiça fortalecedor da participação social do cidadão, a mediação e a conciliação são políticas públicas que vem ganhando destaque e fomento do ministério da justiça, da secretaria de reforma do judiciário e do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que resta comprovada empiricamente sua eficiência no tratamento de conflitos (2012, p. 167).

O Brasil, constituindo-se em um Estado Democrático de Direito, tem, dentre seus princípios fundamentais, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A conciliação está prevista no Código de Processo Civil, especialmente nos arts. 125, 277, 331, 448 e 449 (BRASIL, 2013); além disso, está elencado, constitucionalmente, que o juiz deve contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária. Dessa forma, a conciliação exerce um papel importante na solução de litígios, sendo prevista e aplicada no sistema processual brasileiro, pois “[...] a efetivação da conciliação como meio de satisfação social com a resolução de litígios é um ato de cidadania [...]”. Sendo assim, a conciliação apresenta uma significativa possibilidade na construção de uma sociedade mais humana, mais digna e mais harmoniosa (VAL JÚNIOR, 2006, p. 140).

A conciliação, como meio alternativo de solução de conflitos, embora já amplamente utilizada pelo sistema processual, ainda encontra muitos entraves, uma vez que, via de regra, as partes envolvidas em conflitos de cunho familiar tentam evitar as sessões destinadas à conciliação, em que o diálogo é incentivado, o que dificulta ou até mesmo impede a tentativa de se chegar a um consenso, a um acordo. Por outro lado, existe, ainda, um culto ao litígio, em que as partes acreditam ser necessária a presença de um terceiro para decidir, prevalecendo sua vontade sobre a vontade dos diretamente envolvidos (LENZI, 2010, p. 80).

A questão financeira, igualmente, se torna uma adversidade nos conflitos familiares, eis que, dificilmente, as pessoas aceitam a perda, a abdicação de algo, bem como a questão emocional também gera empecilhos, pois não há como evitar que sentimentos e ressentimentos das partes envolvidas interfiram na composição. Outro aspecto diz respeito ao empecilho, muitas vezes, imposto pelos próprios advogados que, por vezes, disseminam o litígio em vez de priorizar a composição pela via menos gravosa, qual seja, a conciliação.

O papel da mediação não diverge, eis que também se configura como um meio de pacificação de natureza autocompositiva e voluntária, no qual um terceiro, imparcial, atua, de forma ativa ou passiva, como facilitador do processo de retomada do diálogo entre as partes (AZEVEDO, 2004, p. 15). Especificamente, em relação à mediação – que é um dos institutos em voga da Justiça Restaurativa – é um meio consensual em que as partes, acompanhadas por uma terceira pessoa, imparcial e habilitada para viabilizar/facilitar a conversação, chamada de mediador, debatem, pacificamente, na busca comum pela solução da questão que os aflige, sendo responsáveis quanto à decisão a ser tomada (NORTHFLEET, 1994).

Em apoio ao aprimoramento da prestação jurisdicional, foi assinado o Pacto Republicano do Estado Brasileiro que visa a um sistema judicial mais acessível, ágil e efetivo e, para conseguir atingir os objetivos, um de seus compromissos é “[...] fortalecer a mediação e a conciliação, estimulando a resolução de conflitos por meios autocompositivos, voltados à maior pacificação social e menor judicialização” (STF, 2013).

As constantes transformações sociais refletem no sistema judiciário que busca, incessantemente, suportes para realização da jurisdição por meio de alternativas, como a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação, todas no intuito de favorecer a celeridade, a informalização e a pragmaticidade, de modo a se adequar aos moldes sociais contemporâneos.

Atualmente, o sistema judiciário enfrenta uma crise, diante da crescente judicialização dos conflitos, não conseguindo atender, satisfatoriamente, às demandas sociais, e essa impossibilidade do tratamento adequado às questões acabam por ocasionar uma perda de poder do Estado e consequente desprestígio e deslegitimação do próprio Poder Judiciário como Poder Público Estatal (PINHO, 2010, p. 63). A última ratio – o Poder Judiciário –, até meados do século passado, manteve-se como, realmente, o espaço para a solução de conflitos avultados, tendo uma capacidade de resposta satisfatória; entretanto, nas últimas décadas, instaurou-se um número de litigiosidades nunca

visto, com um crescimento geométrico de demandas judiciais, muitas singelas, mas que atarefam a máquina judicial de tal forma que José Renato Nalini (2008, p. 107) chegou a classificar como “demandismo”.

Sendo assim, é necessária a superação dessa visão de que um sistema somente é eficiente quando, para cada conflito, há uma intervenção jurisdicional, resgatando-se a ideia de que a conversação e o tratamento dos conflitos, de forma alternativa, devem ser incentivados com instituições e procedimentos que previnam e resolvam controvérsias a partir das necessidades dos interesses das partes (BOLZAN DE MORAIS; SPENGLER, 2012).

A mediação, a arbitragem, a negociação e a conciliação objetivam não a exclusão ou a superação do sistema tradicional, mas, sim, a sua complementação para melhor efetivação de resultados, uma vez que, ao lado do tradicional processo judicial, se apresentam como uma opção que visa descongestionar os tribunais e reduzir o custo e a demora dos procedimentos, bem como estimular a participação da comunidade na resolução dos conflitos e facilitar o acesso ao seu tratamento.

São inúmeras as vantagens dos mecanismos alternativos como auxiliares do sistema jurisdicional, dentre elas, destacam-se a forma preventiva (pois formam um resultado antes que o processo inicie ou avance), são confidenciais (os procedimentos são secretos), são informais (há escassez de procedimentos), são flexíveis (as opções não se encontram predispostas às leis, podendo ser adequadas), representam economia (custos reduzidos), justeza das decisões (porque o tratamento do problema é adaptado ao que as partes desejam), são promissores (tendo em vista as experiências satisfatórias nos países que já os implementaram).

Nesse sentido, a mediação e a conciliação são caminhos alternativos que visam à solução de conflitos no futuro do Judiciário, buscando construir outra mentalidade nos juristas brasileiros, cujo objetivo principal seja a pacificação social e o abandono do litígio.

Sobre o tema, assim lecionam Lília Maia de Moraes Sales e Mônica Carvalho Vasconcelos:

É nas questões de família que a mediação encontra sua mais adequada aplicação. Há muito, as tensas relações familiares careciam de recursos adequados, para situações de conflitos, distintos da negociação direta, da terapia e da resolução judicial. A mediação vem-se destacando como uma eficiente técnica que valoriza a coparticipação e a co-autoria (2005, p.166).

Conforme, oportunamente, frisado, os conflitos familiares apresentam grande complexidade em razão dos sentimentos das partes envolvidas. Nesse contexto, a mediação se destacou dentre os tradicionais mecanismos de solução de conflito, dada sua natureza humanitária, cujo objetivo é evitar maiores desgastes emocionais, causados por processos que, muitas vezes, custam lapso de tempo considerável de angústia aos litigantes e que, provavelmente, não resultarão em decisão satisfatória para ambos.

A mediação atua nas crises familiares por intermédio da conscientização dos envolvidos de modo a mostrar-lhes que há meios de resolver seus conflitos sem provocar mais desgastes emocionais a si mesmos e aos demais membros da família atingidos pelo conflito. Assim, os litigantes passam a perceber a importância do diálogo, que, por vezes, é esquecida diante do conflito.

Douglas Cesar Lucas e Fabiana Marion Spengler lembram que

na mediação se resolve ou se transforma o conflito recorrendo a sua reconstrução simbólica. Quando se decide judicialmente se consideram normativamente os efeitos; desse modo, o conflito pode ficar hibernando, tornando-se mais grave em qualquer momento futuro. Solucionar um conflito equivale dizer a que as partes implicadas criaram a solução e ninguém lhes impôs. Em um procedimento litigioso o juiz decide, um vez que as partes apresentaram as provas e os argumentos de suas pretensões. Tudo dentro de um ritual inflexível, no qual se esquecer algum dado é quase impossível corrigir esse esquecimento. Nas mediações os “os esquecimentos” não resultam tão fatais quanto na cultura tradicional do litígio. Isso é devido a que as partes tem a possibilidade de resolver o conflito, podendo empregar todos os mecanismos que considerem necessários para poder elaborar, transformar ou resolver suas desavenças com o outro (2011, p. 239).

Corroborando com esse entendimento, Sales e Vasconcelos (2005, p. 168) afirmam que “[...] a mediação busca a valorização do ser humano e a igualdade entre as partes”. Portanto, nos conflitos familiares, que, muitas vezes, são marcados pela desigualdade entre homens e mulheres, a mediação promove o equilíbrio entre os gêneros na medida em que ambos possuem as mesmas oportunidades dentro do procedimento.

A mediação atinge grande importância nos conflitos familiares em que permeiam sentimentos de raiva, de rancor, de vingança, de depressão, de hostilidade, que podem transformar-se em disputas intermináveis e perdurar por gerações, atingindo vários membros da família. A par disso, os autores (op. cit., p. 165) complementam que “os conflitos familiares, antes de serem conflitos de direito, são essencialmente afetivos, psicológicos, relacionais, antecidos de sofrimento”.

Em consonância com o Movimento pela Conciliação, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alguns Estados já vêm utilizando sessões de conciliação, nas quais se busca, por meio de um esforço concentrado, solucionar, com mais rapidez, as questões passíveis de acordo e que já estejam *sub judice*, e, por conseguinte, diminuir o estoque de processos pendentes nas varas, otimizando as atividades jurisdicionais. Em regra, uma equipe jurídica composta pela juíza coordenadora, por uma promotora, analistas, conciliadores e estagiários, bem como por uma equipe interprofissional que presta apoio psicológico e social às partes, trabalham de forma a objetivar a solução do litígio, quando as partes assim consentirem.

Dessa forma, várias vantagens são evidenciadas com a utilização da mediação e da conciliação na solução de conflitos familiares, sendo que as partes restam satisfeitas ao chegarem a um acordo, em que elas mesmas constroem uma solução para resolver o conflito, na qual não há uma sentença imposta pelo juiz. Além disso, esses instrumentos alternativos também são meios mais céleres de se resolver um conflito, constituindo um atalho para uma decisão mais rápida e causando menos desgaste aos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar a importância da conciliação e da mediação como mecanismos coadjuvantes na solução de conflitos, sobretudo em questões envolvendo o Direito de Família. As intensas transformações sociais que ocorreram, em especial nas últimas décadas, tiveram grande impacto na transformação da entidade familiar e, em consequência disso, essas transformações, e dos conflitos delas decorrentes, surgiu a necessidade de buscar a tutela mais adequada e humanitária para resolver essas espécies de conflito.

Nessa senda, a conciliação e a mediação são mecanismos que têm se destacado, pois, além de céleres, se mostram adequados para resolver diversos tipos de conflitos, muitos já em litígio judicial. Em relação ao âmbito familiar, a conciliação e a mediação surgem como meios mais humanitários e, por isso, também mais adequados a solucionar questões tão complexas, em que estão envolvidos sentimentos como orgulho e rancor.

As pesquisas que analisaram vários aspectos referentes à aplicação desses mecanismos como forma alternativa de solucionar os conflitos da família moderna comprovaram inúmeros benefícios em relação aos métodos da justiça tradicional. Dentre eles, seguem as principais vantagens enumeradas: valorização do cidadão no seu poder de resolução, eis que as próprias partes, por meio do diálogo, chegam a compor o conflito; a satisfação das partes; o maior cumprimento dos acordos realizados. Além disso, imprescindível mencionar que esses meios são mais céleres do que os demais mecanismos judiciais e com menor custo.

Por outro lado, restaram evidenciadas as inúmeras dificuldades de implementação desses mecanismos no sistema processual, mormente pela crença que se criou de que somente as decisões impostas por um terceiro, são legítimas. Em questões de âmbito familiar, as partes envolvidas, por vezes, evitam o diálogo, o que impede a simples tentativa de se chegar a um acordo.

Observou-se, ainda, que a falta de estrutura e de espaço físico adequados também dificultam o conciliador e o mediador

de desempenharem suas funções, eis que, muitas vezes, são necessários trabalhos, juntamente com uma equipe multidisciplinar, para possibilitar a composição dos conflitos de maior complexidade.

Dessa forma, em que pese existirem vários obstáculos a serem superados, a conciliação e a mediação são de extrema importância para a resolução de conflitos familiares. Os dados, obtidos por meio das pesquisas mencionadas, têm se mostrado muito satisfatórios, na medida em que as composições, obtidas por esses mecanismos, perfazem uma quantidade substancial de conflitos resolvidos, o que, evidentemente, vem contribuindo para a realização do Direito por meio da efetivação da justiça.

Ressalta-se, ainda, que um consenso, fruto da composição amigável, viabiliza um índice maior de ser cumprido pelas partes do que uma decisão judicial imposta. Isto porque, no acordo construído pelas partes, cada um tem consciência e aceita sua parcela de responsabilidade legitimamente. Não há perdedor e vencedor, pois a litigiosidade foi desfeita por meio do diálogo e cooperação, da ação comunicativa, restaurada pela mediação.

Por fim, diante deste estudo, foi possível observar como se estabelecem, hoje, as relações sociais e jurídicas na família e como o Direito tem se posicionado em relação a essa problemática, e qual seria a abordagem mais adequada para solução dos conflitos de familiares.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>. Acesso em: 27 set. 2013.

AZEVEDO, André Gomma de. Perspectivas deontológicas do exercício profissional da magistratura: apontamentos sobre a administração de processos autocompositivos. **Revista CEJ**, 2004. pp. 13-22. Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/592>. Acesso em 26 set. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem** – alternativas à jurisdição. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Projeto movimento pela conciliação**. Manual de Implementação. Brasília, 2006.

_____. Supremo Tribunal Federal. **II Pacto republicano de Estado por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo**. Brasília. Acesso em: 13 set. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes irresponsáveis?** Tradução de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1989.

FONKERT, Renata. **Mediação familiar**: recurso alternativo à terapia familiar na resolução de conflitos em famílias com adolescentes. Novos paradigmas em mediação. 1999. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32725-40312-1-PB.pdf>. Acesso em 26 set. 2013.

JACCOUD, Myléne. Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa. In: DE VITTO, Renato Campos Pinto; SLAKMON, Catherine (Org.). **Justiça restaurativa**: coletânea de artigos. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, pp. 163-188.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Recursos especiais repetitivos. **Revista da Academia Judicial**. Edição Comemorativa. Ano I, dez./2010. pp. 77-89. Disponível em: http://tjsc25.tj.sc.gov.br/academiatestes/arquivos/revista_academia_judicial.pdf#page=78. Acesso em: 26 set. 2013.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Ibrasa, 1942.

NALINI, José Renato. **A rebelião da toga**. Campinas: Millennium, 2008.

NASCIMENTO, Eunice Maria; EL SAYED, Kassem Mohamed. **Administração de conflitos**. Coleção Gestão Empresarial. 2002. pp. 47-56. Disponível em: http://www.someeducacional.com.br/apz/gestao_conflictos/4.pdf. Acesso em: 25 set. 2013.

NORTHFLEET, Ellen Gracie. Novas fórmulas para solução de conflitos. In: TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo (Coord.). **O judiciário e a constituição**. São Paulo: Saraiva, 1994.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Afeto, ética, família e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **A mediação e a necessidade de sua sistematização no processo civil brasileiro**. Segunda Parte – Reformas Processuais, 2010, p. 63. Disponível em: http://www.redp.com.br/arquivos/redp_5a_edicao.pdf#page=63. Acesso em: 24 set. 2013.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; DURÇO, Karol Araújo. A mediação e solução dos conflitos no Estado Democrático de Direito. O “juiz Hermes” e a nova dimensão da função jurisdicional. **Revista Eletrônica de Direito Processual**. Ano 2, Vol. II, jan/dez 2008. Rio de Janeiro. pp. 20-54. http://www.redp.com.br/arquivos/redp_2a_edicao_rj.pdf#page=20. Acesso em: 24 set. 2013.

SALES, Lília Maia de Moraes; VASCONCELOS, Mônica Carvalho. O processo de mediação familiar. In: **Estudos sobre a efetivação do direito na atualidade**. A cidadania em debate – a mediação de conflitos. 2005.

SPENGLER, Fabiana Marion e LUCAS, Douglas Cesar. **Justiça restaurativa e mediação políticas públicas no tratamento dos conflitos sociais**. Ijuí: Unijuí, 2011.

SPENGLER, Fabiana Marion. **Fundamentos políticos da mediação comunitária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social. Revista de Sociologia**. São Paulo: USP, maio de 1997, pp. 155 – 167.

VAL JÚNIOR, Lídio. **A conciliação como forma de pacificação e mudança social**. Marília: UNIMAR, 2006. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade de Marília, 2006.

WATANABE, Kazuo. A mentalidade e os meios de solução de conflitos no Brasil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coord.). **Mediação e gerenciamento do processo**. São Paulo: Atlas, 2007.

Recebido: 20-4-2014

Aprovado: 20-8-2014
